

Moraes acumula relatorias em 5 anos por meio de 3 inquéritos principais

Investigação sobre fake news aberta em 2019 justificou condução do ministro de casos relacionados

Renata Galf

SÃO PAULO Desde que foi designado relator do inquérito das fake news, há cinco anos, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes acumulou uma série de relatorias de casos de relevância na corte envolvendo desinformação e ameaça à democracia, servindo como justificativa inquéritos que já estão sob sua responsabilidade. As investigações mais citadas para declarar a distribuição por prevenção — quando não há sorteio entre os ministros — são o inquérito das fake news, o das milícias digitais e o inquérito dos atos antidemocráticos de 2021, segundo levantamento da Folha.

Dentre os três inquéritos, nenhum chegou à relatoria do ministro por sorteio. Os próprios inquéritos das milícias digitais e dos atos de 7 de setembro de 2021 foram distribuídos por prevenção. Já o inquérito das fake news foi aberto de ofício, em março de 2019, e teve o relator escolhido pelo então presidente do STF, Dias Toffi.

O levantamento levou em consideração, quando disponível, os dados nas certidões de distribuição ou no andamento do processo no tribunal. Nos demais casos, especialmente nos sigilosos, foram consideradas as informações em decisões.

Em regra, procedimentos são distribuídos de modo aleatório. O Código de Processo Penal, no entanto, traz algumas exceções. Uma delas é a conexão probatória, quando a prova de uma infração tem influência na prova de outro delito. Outro caso é quando as infrações são cometidas ao mesmo tempo por várias pessoas reunidas ou quando as pessoas contribuíram para determinado crime.

A prevenção, por sua vez, se dá quando um juiz já tem antecido aos outros na prática de algum ato do processo ou medida relacionada a ele. Especialistas em direito penal consultados pela Folha aviziam que uma das principais dificuldades em avaliar se há de fato prevenção nos casos em questão, por causa de conexão entre as provas, por exemplo, é o aspecto sigiloso de vários dos procedimentos.

Com base no inquérito das fake news, Moraes se tornou relator de outras petições e inquéritos, entre eles está o inquérito aberto após pedido do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fosse investigado por suposto vazamento de dados sigilosos de uma investigação sobre um ataque hacker contra a corte em 2018. Também justificou a relatoria do ministro em investigação instaurada após pedido da CPI da Covid contra o então mandatário e nas apurações sobre condutas indevidas na Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Conexão com o inquérito das fake news foi ainda utilizada na distribuição de investigação contra Google e Telegram instaurada em 2023 após medidas estas empresas contra o PL das Fake News.

Já no inquérito dos atos antidemocráticos aberto em abril de 2022, pedido da CRR (Comissão de Revisão da República), a definição foi por sorteio. Foi com base nesta apuração que Moraes tornou também relator do inquérito das milícias digitais. Em um debate à PGR, ele arquivou a investigação como solicitado pelo órgão, mas abriu em sequência uma petição e usando o caso arquivado para justificar a relatoria.

É este inquérito que está vinculado a diferentes frentes



O ministro Alexandre de Moraes durante sessão plenária do Supremo. Foto: Lúcia - 8 mar 24 / Folia/Agf

de investigação envolvendo o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, como de adulteração de cartões de vacina e das joias da Arábia Saudita. Também foi por prevenção, a ele que Moraes relata petição sobre trama golpista, em que autoriza a Operação Tempus Veritatis.

Moraes é também relator dos diferentes inquéritos instaurados para apurar os ataques golpistas de 8 de janeiro, em que a prevenção foi justificada devido ao inquérito dos atos antidemocráticos de 7 de setembro de 2021. Foi nele, inclusive, que Moraes expediu as primeiras ordens, horas após o episódio, como a de descapacitação dos equipamentos em frente a quartéis e de afastamento de Ibaneis Rocha do governo do Distrito Federal.

Aberto mirando personagens como o cantor Sérgio Reis e o caminhoneiro Marco Antônio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, hoje deputado federal pelo PL-SC, a relatoria desta apuração foi para Moraes com base em uma petição sigilosa.

Em voto de ministro André Mendonça sobre a competência do Supremo para julgar o 8 de janeiro, o magistrado diz que tal petição teve a prevenção gerada pelo inquérito das milícias digitais — a Folha questionou o STF a respeito da distribuição da petição, mas não teve resposta. Em votação sobre o 8 de janeiro, os ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques foram os únicos a avaliar que o Supremo não era competente para julgar os casos, mas sim a Justiça Federal.

“É possível que essa conexão exista mesmo, mas a gente não tem isso demonstrado de forma pública por conta ainda do sigilo”

Helena Regina Lobo, advogada e professora de direito penal da USP

Renato Vieira, que é advogado e ex-ajudante do BICOM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), vê como problemática a própria sistematização da figura da prevenção. “Isso faz com que oprimeu seja sempre tradicionalmente o único juiz dos fatos correlatos aquele primeiro”.

Segundo ele, de modo geral, os tribunais não detalham muitas provas que embasam a conexão probatória, especificamente investigações complexas. Quanto a essas investigações tramitando no STF sob a relatoria de Moraes, ele vê o que parece ser uma excessiva ramificação dos inquéritos em petições, o que possibilita, a seu ver, tornar ainda mais difícil haver uma conexão do todo da apuração pelos investigadores. Além disso, vê com dificuldade enxergar conexão em alguns casos, como entre a falsificação de cartão de vacina e o inquérito das milícias digitais.

Marina Coelho Araújo, advogada criminalista e conselheira do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), explica que as exceções à distribuição livre dos processos buscam a eficiência e a economia processual.

Nos casos em questão, ela avalia que precisaria de uma maior transparência, porque nem todas as investigações parecem ser conexas, sendo preciso, nesta hipótese, separá-las e distribuí-las livremente. “Se não tem conexão não tem prevenção”.

Um exemplo que ela cita como estranho é o da CPI da Covid e a investigação sobre fake news. “São questões que, em algum momento, elas se interligam porque tiveram fake news relacionadas a Covid, mas os fatos são muito diferentes”, diz.

Já Helena Regina Lobo, que é advogada e professora de direito penal da USP, afirma que a falta de transparência de parte dos processos dificulta a análise sobre se há ou não prevenção. Mas pondera que, apesar de o sistema público ter este entrave, a avaliação dos demais ministros para que Moraes continue na relatoria é elemento relevante.

“É possível que essa conexão exista mesmo, mas a gente não tem isso demonstrado de forma pública por conta ainda do sigilo, porque essa investigação ainda está em curso”.

Inquéritos e petições sob relatoria de Moraes

Inquérito 4781: Fake news

Status atual: Sigiloso. Moraes foi designado relator sem sorteio.

Inquérito 4878: Vazamento de dados sigilosos da PF.

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito das fake news.

Inquérito 4888: CPI da Covid

Status atual: Público.

Justificativa: por prevenção.

Justificativa: petição 10007, que tinha sido distribuída para Moraes devido ao inquérito das fake news.

Petição 10391: Suspensão

Status atual: Público.

Justificativa: em decisão Moraes aponta inquérito das milícias digitais.

Petição 10405, 11645: Cartões de vacina e joias da Arábia Saudita

Status atual: Sigiloso.

Justificativa: por prevenção Moraes aponta inquérito das fake news.

Petição 11108, 12155 e 12027: Uso indevido da Abin e Firstfile

Status atual: Sigiloso.

Justificativa: por prevenção Moraes aponta inquérito das fake news.

Inquérito 4933: Sobre

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito das fake news consta como relacionado.

Ação penal 1044: Daniel Silveira

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito das fake news.

Inquérito 4921, 4922 e 4923: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

Inquérito 4931, 4932 e 4933: Ataques do 8/7

Status atual: Público.

Justificativa: inquérito dos atos antidemocráticos de 7 set. 2021.

STF suspende apreensão de celulares de jornalistas em Mato Grosso

Marcelo Toledo

BRASÍLIA A ministra Cármen Lúcia, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu os efeitos de uma decisão da Justiça de Mato Grosso que tinha autorizado a apreensão de equipamentos eletrônicos de jornalistas alvos de uma operação em fevereiro.

Não decisão, a ministra determinou que o governador do estado, Mauro Mendes (União Brasil), seja citado para que se manifeste — a busca e apreensão foi originária de um inquérito que tem ele como vítima.

Os jornalistas Alexandre Apri e Enzo Cavalcanti e o empresário Marco Polo Pinheiro, irmão de Emanuel Pinheiro (MDB), prefeito de Cuiabá e adversário político do governador, foram alvos de busca e apreensão no dia 6 de fevereiro, na terceira fase da Operação Fake News, deflagrada para investigar eventuais crimes de perseguição, calúnia e associação criminosa.

Segundo a polícia, eles eram investigados por supostamente publicarem informações falsas na internet para atingir a imagem de autoridades.

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso, o Instituto Vladimir Herzog e a Fenaj (Federação Nacional dos jornalistas) levantaram ao STF uma reclamação sobre o episódio. A alegação é a de que a decisão da Justiça mato-grossense permitia a apreensão dos equipamentos contra a decisão do Supremo sobre o direito à informação, e também, que o objetivo da apreensão era violar o sigilo das fontes dos jornalistas.

Mauro Mendes afirmou que qualquer um, político ou não, tem o direito de processar aqueles que praticam calúnia e difamação. “O governador exerce esse direito, recorrendo ao Judiciário para processar aqueles que mentiram, difamaram ou caluniaram. Isso é perseguição ou o exercício de um direito constitucional”, questionou em nota.

O imbróglio já se arrasta há cerca de quatro anos. Em 2021, procedimentos foram abertos pela DRCI (Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos), tendo os jornalistas como investigados por ataques à credibilidade de agentes públicos na internet.

Nasque ano, Apri saiu de Mato Grosso após ter apreendido queixa à polícia de que sofria perseguição da família do governador.

A Corregedoria da Polícia Federal recebeu do jornalista gravações com um detetive particular que teria sido contratado para tentar forjar um flagrante de tráfico na pedofilia contra Apri.

O órgão encaminhou a denúncia à Polícia Civil do Ministério Público estadual, e dizendo que as supostas provas não comprovavam indício de materialidade de crime cometido por autoridade com foro especial — no caso, o governador. A defesa de Mendes disse que a afirmação era “mentirosa” e “caluniosa”.

Nesta sexta, Apri disse que a decisão do STF foi parcialmente cumprida com a devolução de celulares e que ainda faltava receber computadores, o que deve ocorrer na segunda (11). Seu advogado comemorou um “importante vitória” pelo direito ao sigilo de fonte, “garantido constitucionalmente ao exercício do jornalismo”.